

CNA considera “insatisfatórias” medidas para combater efeitos da seca e dos incêndios

22 de Novembro, 2017

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considera que as medidas aplicadas pelo Governo para combater os efeitos da seca e dos incêndios são “insatisfatórias e insuficientes”. “As medidas que até agora estão definidas institucionalmente são, de forma global, insatisfatórias e insuficientes, algumas são mesmo desadequadas”, disse o dirigente da CNA, João Dinis, numa audição na comissão parlamentar de Agricultura e Mar, citado pela Lusa.

Para o representante dos agricultores, a situação “é de excecional gravidade” e, por isso, são necessárias medidas que acompanhem as consequências provocadas pela seca e pelos incêndios. “Na região Centro, tirando em algumas batalhas e guerras declaradas, nunca houve uma catástrofe que levasse tantas vidas em tão curto espaço de tempo. Nem nas estradas”, acrescentou João Dinis, referindo-se aos incêndios florestais.

Durante a audição, a deputada do CDS Patrícia Fonseca sublinhou que as verbas do Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) não “podem ir todas para estas calamidades”, porque significaria um retirar de dinheiro necessário para acudir a outros problemas. Já o deputado do PSD Maurício Marques solicitou a ajuda da CNA para encontrar medidas que ajudassem a alterar a forma “de ser e de estar da agricultura”, tendo em conta os recentes acontecimentos.

“A situação da seca é uma tragédia, vamos caminhar para a falta de abastecimento público das populações e, quando isso vier para cima da mesa, vamos ter que tomar decisões que vão ser um autêntico flagelo”, alertou o deputado do PS Pedro do Carmo.

Por sua vez, João Ramos, do PCP, defendeu que para resolver o problema das florestas não são necessárias “alterações legislativas de fundo”, mas a criação de condições para que as regras sejam cumpridas.

Em resposta às intervenções dos deputados da comissão parlamentar, a CNA defendeu que é importante refletir sobre a produção da agricultura, no que diz respeito a perceber quais são os tipos de plantações que se adaptam ao clima e que, conseqüentemente, necessitam de um menor consumo de água.

No que se refere ao PDR, a confederação considerou que, mais importante do que saber se as verbas estão ou não a ser aplicadas, é procurar averiguar quais são os agricultores e as produções que estão a ser apoiadas, sublinhando que as candidaturas aos apoios do Governo devem ser menos burocráticas.

João Dinis considerou ainda que o aumento da rentabilidade florestal “é um fator estruturante”, devendo, por isso, surgir medidas que vão ao encontro

dessa situação, exemplificando que o preço atual da madeira “não provoca interesse económico”.